



CONTRATO N.º/202...
PAD Nº 016204/2019

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a
empresa

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º/20....., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD n.º/20....., e a proposta de preços, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em Cidade/ESTADO, na Rua, nº, complemento, bairro....., CEP, Telefones: (....), e-mail:@....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a.), CPF ***.....-**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, por meio da ferramenta de CMS (Content Management System) Zope/Plone/Python, para a implantação e customização do **portal de Intranet do TRE-PR**, compreendendo a criação de identidade visual (arquitetura e design de informação), migração dos conteúdos, treinamento e suporte técnico pelo período de 12 (doze) meses.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Edital de licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por execução indireta em regime de Empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO E RECEBIMENTO

2.1 - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I.

2.2 - Local de Entrega ou execução dos serviços: os serviços deverão ser prestados para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Rua João Parolin, nº 224, ao Núcleo de Potais Web, Curitiba - PR. CEP 80220-290.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1- As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2 - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta do Programa de Trabalho Resumido nº:,

Elemento(s) de despesa:

Nota(s) de Empenho, de

Categoria econômica:

Código SIASG: 25917

CLAUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses referente ao suporte técnico, observado o interesse público, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

5.2 - O prazo de execução dos serviços será de até 3(três) meses contados do início da vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O valor total da contratação é de R\$ (.....).

Descrição	Valor unit./mensal	Quantidade	Valor Total
Desenvolvimento da Intranet em Plone, migração e treinamento	R\$.....	1 Un	R\$.....
Suporte Técnico	R\$	12 (doze) meses	R\$.....

6.1.1 - Os pagamentos referentes à solução CONTRATADA serão efetuados da seguinte forma:

6.1.1.1 - Pagamento I, após a conclusão do serviço de criação do portal, migração e treinamentos.

6.1.1.2 - Pagamento II, referente ao suporte técnico que será pago mensalmente à CONTRATADA, iniciando a partir do ateste do objeto, conforme item 2.8.2. do Termo de Referência – Anexo I.

6.1.2 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos à retenção na fonte de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

6.2 - Do documento fiscal:

6.2.1 - O documento fiscal deverá ser protocolado junto à Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado à Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - Curitiba - Paraná, direcionado ao NWEB. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá ser encaminhada para o e-mail nweb@tre-pr.jus.br.

6.2.2 - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos.

6.2.2.1 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.2.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a)** CNPJ da Contratada;
- b)** Data de emissão da nota fiscal;
- c)** CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d)** Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e)** Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- f)** Número do contrato e,
- g)** Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

6.2.4 - Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento.

6.2.4.1 - Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

6.3 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

6.4 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.4.1 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

6.4.2 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

6.4.2.1 - Nenhum pagamento será devido à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

6.4.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 6.2.2.1.

6.4.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

6.4.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

6.4.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.5 - Da regularidade fiscal:

6.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.5.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência Anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - O reajuste dos contratos com vigência de até 01 (um) ano encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal.

8.2 - Se houver prorrogação, os valores serão reajustados a cada 12 (doze) meses, segundo a variação do ITI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

8.2.1 - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses da data da proposta (data da abertura da Licitação), após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

8.3 - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente, submetendo à apreciação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações - CPC / Seção de Análise de Custos das Contratações - SACCON, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

Infração	Medida Corretiva
Faltas leves, não puníveis com multa; Descumprimento de qualquer item contratual não previsto nesta tabela de infrações.	Advertência
Reincidência em situação em que tenha sido advertida.	Multa de 0,2% sobre o valor contratual

Atraso na apresentação do plano de execução dos trabalhos, por dia de atraso.	Multa de 0,1% sobre o valor contratual
Atraso na entrega do portal, migração e treinamentos, por dia de atraso.	Multa de 0,5% sobre o valor contratual
Deixar de cumprir os prazos previstos para resposta aos incidentes, por dia de atraso.	Multa de 0,5% sobre o valor contratual
Inadimplemento parcial.	Multa de 10% sobre o valor contratual
Inadimplemento total, bem como pela cessação da execução contratual.	Multa de 20% sobre o valor contratual
Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, conforme item 9.	Multa de 10% sobre o valor contratual

9.1.1 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.2 - As multas estabelecidas poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item acima.

9.3 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

9.4 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficaz as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

9.5 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

¹ Artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda (atualmente Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

10.1.1 - Poderá ser também causa de rescisão contratual se a contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

12.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2023.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral -TRE/PR
p/Contratante

² Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.